



Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas

Community-based tourism in Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas and indigenous peoples

*Teresa Cristina de Miranda Mendonça, Renato de Oliveira dos Santos,
Paloma Cristina Barbosa Lopes, Sandro dos Reis Andrade,
Ana Paula Veríssimo de Moraes*

RESUMO

Descrevendo o turismo no estado do Rio de Janeiro, destaca-se o seu litoral. Parte desta área integra a região turística denominada Costa do Sol (litoral norte) e a Costa Verde (litoral sul). Pode-se assim, remeter à ideia de apropriação do espaço litorâneo pela prática turística e aos conflitos existentes entre as populações locais e às novas lógicas do capital que se inserem na região. Este trabalho tem como foco de pesquisa a região da Costa Verde, que sofreu influência do turismo a partir da década de 1970 com a inauguração do trecho Rio-Santos da BR101. Com a estrada chegaram à especulação imobiliária e conseqüente expulsão dos nativos, e também a instituição das leis ambientais como a criação de unidades de conservação da natureza de proteção integral. No entanto, nesta região estão presentes diversos grupos tradicionais: indígenas, caiçaras e quilombolas que lutam pelo reconhecimento de seu território, contra a expulsão do local herdado e os limites de utilização dos recursos impostos pelas unidades de proteção. Além disto, reivindicam serem incluídos no mapa do turismo da região. Como grande protagonista local foi criado, em 2007, o Fórum de comunidades Tradicionais Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba - FCT que traz à tona questões diversas que permeiam a vida de todos que vivem neste local. Na reivindicação pela visibilidade ligada ao turismo foi elaborado o mapa de turismo de base comunitária - TBC do Fórum em 2015. Assim, tendo como metodologia de pesquisa exploratória e descritiva utilizando o método qualitativo (pesquisa documental, bibliográfica e de campo), este trabalho tem como objetivo investigar, do ponto de vista sociocultural e político-organizacional, como se constitui o TBC no território abrangido pelo FCT, porém tendo como foco de análise três iniciativas: a comunidade caiçara de São Gonçalo (Paraty), Quilombo Bracuí e Aldeia Sapukai, ambas localizadas em Angra dos Reis. O resultado traz reflexões sobre o TBC e suas correlações com alguns temas: populações tradicionais; resistência cultural, territorial e econômica; permanência no território tradicional; valorização da identidade e história local; o direito pela prática das atividades econômicas tradicionais e do turismo. Ou seja, ser uma população tradicional significa uma forma de resistência, que transforma experiências locais em turismo. Um turismo denominado localmente de TBC que significa também incluir no mapa do estado os grupos sociais "invisíveis". Assim constata-se que estas iniciativas estão ligadas a um movimento político e social que tem o turismo como ferramenta de poder.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de Base Comunitária; Populações Tradicionais; Costa Verde (RJ); Fórum de Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

The coastline stands out in the description of tourism in the state of Rio de Janeiro (Brazil). Part of this area comprises the tourist regions of *Costa do Sol* (northern coast) and *Costa Verde* (southern coast). They are related to the ideas of appropriation of the coastal space by tourist practice and the conflicts among local populations and the new logics of the capital inserted in the region. This study discusses the *Costa Verde* region which was influenced by tourism from the 70s with the opening of the Rio-Santos stretch of the BR101 highway. It was followed by real estate speculation and consequently expulsion of indigenous peoples and also the emergence of environmental laws with the creation of nature conservation units of integral protection. In this region, there are several tradition groups – such as indigenous peoples, *caiçaras* and *quilombolas* – who claim: a) the recognition of their territories against the expulsion of the inherited place and the limits of the use of resources imposed by the protected units, and b) their inclusion in the tourist map of the region. Playing the role of the great local protagonist, the Forum of the Traditional Communities (FCT) of Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba was created in 2007 to discuss several issues concerning the life of their residents. As to the demand to the visibility linked to tourism, a community-based tourism (TBC) map was made in the 2015 Forum. This work aims at investigating the TBC in the territories comprising the FCT under a sociocultural and political-organizational approach and an exploratory and descriptive methodological framework with focus on three initiatives: the *caiçara* community of São Gonçalo (Paraty), Bracuí *Quilombo* and Sapukai Village, located in Angra dos Reis. The findings of the research raise insights on the TBC and its correlation with the following themes: traditional populations, cultural, territorial and economic resistance, permanence in traditional territory, promotion of local identity and history and the right to the practice of traditional and economic activities and tourism. In other words, being a traditional population means a form of resistance which transforms local experiences in tourism and a locally named TBC also means including the 'invisible' social groups in the state map. Our claim is that these initiatives are linked to a political and social movement which uses tourism as a power tool.

KEYWORDS: Community-Based Tourism; Traditional Populations; Costa Verde (RJ, Brazil); Forum of Traditional Communities.

Introdução

O Estado do Rio de Janeiro (RJ) se configura como um importante destino receptor no cenário do turismo nacional. Diante de sua diversidade territorial (por suas características físico-geográficas e histórico-culturais), a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio) divide o estado do RJ em seis regiões turísticas: Agulhas Negras, Costa do Sol, Costa Verde, Metropolitana, Serra Verde Imperial e Vale do Café. No entanto, as regiões litorâneas, exemplificadas pela Costa do Sol, litoral norte, e Costa Verde, litoral sul, se apresentam como os principais impulsionadores do turismo no estado. Fratucci (2000; 2005) destaca que dois empreendimentos, a Rodovia Rio-Santos e a Ponte Rio-Niterói, motivaram a interiorização do turismo no estado ao captar uma demanda, já concentrada na capital, aos municípios localizados no litoral sul e norte.

Descrevendo o turismo no Estado do Rio de Janeiro, destaca-se, assim, o seu litoral. Segundo Vasconcelos (2003, p. 326), o turismo litorâneo é particularmente invasor do território.

[...] A verdade é que o turismo continua ocupando cada vez mais o espaço litorâneo, em busca de novos atrativos que nem sempre são voltados ao turista ecológico ou naturista. Quanto maior a ocupação do litoral, maior a implementação de equipamentos turísticos. A tendência tem sido de aumento dos conflitos nessa ocupação à medida que se multiplicam os projetos turísticos, sobretudo os megaprojetos.

O autor remete à ideia de apropriação do espaço litorâneo pela prática do turismo e pelos conflitos existentes entre as populações locais e o mercado capitalista que impactam a região com construções de empreendimentos turísticos, provocando um ordenamento acelerado e descontrolado do espaço. Caracteriza-se assim um modelo classificado como turismo sol e praia que, segundo Seabra (2005), atrai o turismo de massa, sem que tenha ocorrido algum processo de estruturação e planejamento. Desta forma, com a introdução do turismo de massa na região litorânea, este levou à transformação e ao condicionamento de um novo processo de desenvolvimento e de reordenamento social e econômico, pela necessidade de realização de instalações e serviços para atender aos novos atores que chegam à região: turistas, novos imigrantes, empresários, entre outros.

Tendo como foco de análise a região da Costa Verde (principalmente os municípios de Angra dos Reis e Paraty), foco do presente trabalho, todo este processo tem como marco a construção da Rodovia BR101 – trecho Rio-Santos, inaugurada em 1974. Para Guazirolli (1983) inicia-se, a partir deste empreendimento, a fase-turística na região. O potencial da região para o turismo, segundo argumentos do autor, teria como um dos motivos a sua localização. A rodovia estaria localizada no chamado quadrilátero Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte-Brasília, região onde se concentravam, além de uma grande parcela das atividades industriais do país, mais de 40% da população nacional, que representavam 60% da renda do país. A rodovia, assim, revelou, o grande potencial turístico da região “*baseado em suas excepcionais condições naturais, em seus ‘invulgares’ recursos históricos*” (GUAZIROLI, 1983, p. 74)

No entanto, destaca-se que para além do cenário paisagístico e de natureza preservada da Costa Verde, populações caiçaras, quilombolas e indígenas fazem parte da história e dão vida a essa região. Muitos destes grupos foram expulsos de seu território e colocados à margem de diversos projetos de desenvolvimento, incluindo os ligados ao turismo. Segundo os dados de pesquisa inseridos no documento “Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)” (CPDA/UFRRJ, 2015).

...os empresários que chegaram à região na época da construção da Rio-Santos agiram de modo a expulsar as comunidades locais “por bem ou por mal” (Maria Emília Pacheco, em entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Servolo de Medeiros, em 31/03/2015). Fizeram uso, por exemplo, da queima de casas, de ameaças por *jagunços* armados. Houve, inclusive, um caso de estupro. A ocorrência de ações dessa natureza foi facilitada pela omissão do Estado, quer no plano nacional, quer estadual. Além da violência, é necessário destacar outra ordem de pressão que se fez sobre os agricultores e pescadores, que foi a inviabilização de sua produção e reprodução social através do cercamento das áreas de cultivo, do desvio do curso dos rios, da soltura de gado em seus roçados (FEITOSA, SILVA, 2015, p. 304).

Dentro deste contexto, que se mantém até os dias atuais, e do modelo de turismo presente, o turismo de base comunitária - TBC se apresenta como um novo e emergente fenômeno no Estado. Este começa a tomar corpo com o Edital de Chamada Pública de Seleção de Projetos de Turismo de Base Comunitária (MTur/No001/2008), que buscou dar visibilidade ao tema e avaliar a viabilidade socioeconômica das iniciativas em desenvolvimento no Brasil, motivado pelos debates sobre TBC que têm ocorrido em níveis nacional e internacional. Neste edital, o estado do Rio de Janeiro foi contemplado com 8 (oito) projetos aprovados e financiados.

A inserção do TBC se configura de forma clara no estado, também, por meio da realização de dois eventos. Na cidade do Rio de Janeiro foi realizado o “I Congresso de Turismo Comunitário na Rocinha” ocorrido em 14 e 15 de abril de 2015 e promovido em parceria entre o Rio+Social, o Sebrae/RJ, o Fórum de Turismo da Rocinha e a Biblioteca Parque da Rocinha. Este com foco em pensar as favelas como destino turístico. Na Costa Verde, o “I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde” foi realizado de 23 a 25 de julho de 2015, no distrito de Tarituba (Paraty), pelas Prefeituras Municipais de Paraty, Angra dos Reis e sociedade civil. Ambos eventos tiveram como objetivo promover a discussão entre o poder público e a sociedade civil sobre o modelo de turismo vigente na busca pela valorização e articulação de uma nova proposta de saber e fazer turismo.

Como protagonista deste processo na Costa Verde está o Fórum de Comunidades Tradicionais - FCT, criado em 2007 e formado por grupos tradicionais da região da Costa Verde (Angra e Paraty) e de Ubatuba (SP). O FCT se insere no tema diante de uma luta territorial por direitos diversos e pela influencia do turismo ligado à especulação imobiliária e expulsão dos nativos e populações tradicionais. Buscando dar reconhecimento às comunidades no mapa da região, seja este turístico ou político, o FCT lançou o mapa de Turismo de base Comunitária, em agosto de 2015, durante o II Encontro Nacional da Rede Turisol (Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário) em Brasília. O mapa com 15 (quinze) destinos representados por indígenas, caiçaras e quilombolas revela possibilidades

de experiências turísticas não indicadas pelos órgãos oficiais de turismo locais.

Diante deste contexto, o presente trabalho tem como objetivo investigar, do ponto de vista sociocultural e político-organizacional, como se constitui o TBC no território abrangido pelo FCT, porém tendo como foco de análise três iniciativas: a comunidade caiçara de São Gonçalo em Paraty (campo de 23 a 25 de outubro de 2015), o Quilombo Santa Rita do Bracuí (campo de 22 a 24 de janeiro de 2016) e a Aldeia Sapukai (campo em 28 de maio de 2016), ambas localizadas em Angra dos Reis. O resultado traz reflexões sobre o TBC e suas correlações com alguns temas: populações tradicionais; resistência cultural, territorial e econômica; permanência no território tradicional; valorização da identidade e história local; o direito pela prática das atividades econômicas tradicionais e do turismo.

Para atender ao objetivo, a metodologia de pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva utilizando o método qualitativo (pesquisa documental, bibliográfica e de campo com observação participante e entrevistas semiestruturadas). As falas de diversos interlocutores e responsáveis pelo projeto de TBC das iniciativas pesquisadas ilustram os estudos de caso e as análises feitas sobre elas auxiliam na compreensão de como se constitui o TBC na região pesquisada. A pesquisa de campo teve seu início no “I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde”, realizado no período de 23 a 25 de julho de 2015. Decorrido um ano do evento, em julho de 2016, já foram realizadas visitas de campo para pesquisa em 4 (quatro) populações tradicionais que já fazem parte do mapa de TBC do FCT (Aldeia Araponga, Vila de Trindade, em Paraty; Quilombo Santa Rita do Bracuí e Aldeia Sapukai em Angra dos Reis) e 1 (uma) que tem representação no Fórum e que atualmente solicita sua inserção no mapa (São Gonçalo, Paraty), além do Sítio Agroflorestal do Zé Ferreira (Paraty).

Território de turismo, especulação, proteção da natureza e conflito

Os grupos tradicionais presentes na Costa Verde são influenciados, além de outras questões, pela chegada do turismo, e consequente especulação imobiliária, e pela criação das diversas unidades de conservação da natureza – UCs em sua maioria de proteção integral. Ambas as questões resultaram e continuam impactando, em novas lógicas socioculturais e conflitos locais.

Tendo como ponto de partida a questão ligada ao turismo, todo o processo da chegada e implantação da rodovia Rio-Santos (BR101) foi analisado por Guanzioli (1983) como inserido nas ações propostas nos discursos ideológicos e políticos do governo federal de modernização e do progresso. O autor avalia, também, a visão do poder público federal de transformação das assim consideradas estruturas arcaicas de produção pesqueira e agrícola da região no sentido da conversão para indústria moderna, ou seja, converter a região numa área a serviço, da especulação imobiliária e das grandes indústrias, condicionada aos interesses do capital privado (empreiteiras, indústrias e empreendedores imobiliários). Desta

forma, a especulação imobiliária foi responsável pela nova configuração espacial da região com a presença de condomínios fechados ao longo da BR 101, localizados principalmente nas áreas situadas entre o mar e a rodovia. Estrutura que restringiu o acesso às praias; expulsou a população nativa, levando à desestruturação das atividades tradicionais de pesca artesanal e agricultura, à ocupação desordenada e à fragmentação do território municipal (CORRÊA, 2008).

Este processo é confirmado por Luchiari (1997), tendo como referência o litoral norte paulista, contíguo ao litoral sul fluminense, mas que acabam tendo as mesmas características e influências. A autora cita que a partir da década de 1980, em decorrência principalmente da construção da BR101, o turismo passou a modelar a paisagem, acelerar o processo de urbanização e especulação imobiliária da região. Conseqüentemente, este alterou o perfil demográfico com o aumento do fluxo imigratório adicionada às políticas de preservação ambiental com a criação das UCs.

Após conclusão da rodovia, a indústria do lazer e a especulação imobiliária multiplicaram o espaço urbano, redefiniram o perfil da população, e das atividades socioeconômicas e reformularam as relações entre sociedade e natureza. Nesta nova lógica, a natureza se tornou uma preciosa mercadoria para consumo das classes médias e elites urbanas. No entanto, a urbanização que possibilitou a modernização de diversos setores econômicos, foi responsável também pela chegada da pobreza, da degradação ambiental, o desmantelamento da paisagem. Localmente, configurou-se, assim, num processo de marginalização socioespacial e econômica das populações caiçaras e imigrantes de baixa renda que viviam no lugar (LUCHIARI, 1997).

Neste cenário, além da valorização turística da região, os caiçaras também foram desapropriados pelas legislações oriundas das UCs implantadas na região, limitando o uso dos recursos naturais (da floresta) e das atividades agrícolas. Este contexto, analisado por Luchiari (1997) ainda é constatado na região da Costa Verde. Este fato se insere na lógica que estabeleceu que a natureza selvagem somente poderia ser protegida se separada do convívio humano, referida a uma perspectiva científica de que a presença humana nestas áreas só deveria ser permitida em caráter restrito e bem específico (DIEGUES, 2000; LEUZINGER, 2009). Esta se materializa no Brasil, os objetivos dos primeiros parques do mundo, a preservação de “áreas virgens”, geralmente dotadas de paisagens espetaculares para fins de pesquisa e/ou visitação, que tem, muitas vezes, se articulado com a prática do turismo ecológico e recreação em contato com a natureza (LEUZINGER, 2009). A partir de então, a natureza ganhou outro valor, ao receber novo *status* na política nacional de patrimônio natural a ser preservado. Assim, Diegues (2000) chama a atenção para o fato de o Brasil não ser apenas um país rico em biodiversidade, mas também um país sociodiverso, portador de uma imensa riqueza cultural, que molda seu patrimônio cultural essencial à formação da identidade nacional, um país de biodiversidade que abriga diversas populações tradicionais.

Diante desta lógica de uma política preservacionista, Diegues (2005) ressalta que o Estado do Rio de Janeiro é um dos que mais apresenta

conflito entre as populações moradoras de áreas naturais e as administrações destas unidades. Esta afirmativa é resultado de um mosaico de UCs presentes no Estado, em sua maior parte da categoria de proteção integral, geridos pelo poder público estadual e federal. O mosaico de UCs presentes nos municípios de Angra dos Reis e Paraty é constituído por: Área de Proteção Ambiental de Tamoios, Estação Ecológica de Tamoios, Parque Estadual Cunhambebe, Parque Estadual da Ilha Grande, Parque Nacional da Serra da Bocaina, Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Tanguá, Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba o Saquinho de Itapirapuá, Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, Parque Nacional da Serra da Bocaina e a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga.

Todos os fatos revelados anteriormente, segundo Garrote (2004), levaram à desorganização e readaptações relacionadas ao sistema de produção e manejo dos recursos naturais em diversas comunidades tradicionais. As restrições impostas na relação homem-natureza, segundo a autora, resultaram na subutilização do sistema de produção e que levaram a uma relação direta ou indireta de diversos grupos locais com o turismo, além do aumento da aquisição e dependência dos produtos manufaturados. Ou seja, a natureza protegida se tornou produto de contemplação para usufruto do turismo e não mais para extração e consumo das populações locais (MENDONÇA, 2010).

O cenário apresentado acima pode ser exemplificado por alguns casos de conflitos e lutas passados e recentes como: o da comunidade caiçara do Aventureiro com a criação da Reserva Biológica da Praia do Sul (Ilha Grande, Angra dos Reis); dos caiçaras da Praia do Sono com o Condomínio Laranjeiras (Paraty); dos caiçaras de São Gonçalo com a Empresa White Martins (Paraty); da Vila de Trindade (Paraty) com o Parque Nacional da Serra da Bocaina e com a empresa Trindade Desenvolvimento Territorial (TDT); dos moradores do Saco de Mamanguá (Paraty) com a Reserva Ecológica da Juatinga, dos remanescentes do Quilombo da Marambaia (Mangaratiba) com a Marinha do Brasil por sua titulação. Estes, entre outras dezenas de fatos ilustram o contexto de conflito na região.

Caiçaras, Quilombolas e Indígenas da Costa Verde

Tendo em vista que uma palavra-chave e orientadora do presente trabalho é população tradicional, este tema é aqui inserido para que uma pequena reflexão sobre a perspectiva conceitual que orienta o trabalho na busca de sintonizá-lo com a realidade do campo de pesquisa e com o objetivo do trabalho.

Segundo Diegues (2001) alguns critérios são considerados importantes para definir uma população como tradicional, além do modo de vida, é sem dúvida a questão da identidade, reconhecer-se como pertencente àquele grupo em particular. O autor descreve então outras características como: dependência e simbiose com a natureza, os ciclos naturais; moradia e ocupação desse território por várias gerações;

importância das atividades de subsistência; reduzida acumulação de capital; importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta, entre outras.

Do ponto de vista de Prado (2012), a concepção de Diegues tende a ter um tom classificatório que pode se tornar problemática pela possibilidade de se modular e orientar um gabarito para medir se os grupos são ou não tradicionais. Assim Barreto Filho (2006, p. 138-139) destaca que:

Ao contrário da categoria 'populações tradicionais' e dos esforços de construção de um conceito culturoológico técnico que tenha expressão jurídica – que podem contribuir ainda mais para a essencialização das relações entre os grupos sociais abarcados pela noção (como os caboclos) e a natureza –, julgo importante assegurar uma definição legal que garanta abertura para identificar e caracterizar sociologicamente *quaisquer atores* presentes nas situações enfocadas (...).

Assim, destaca-se o arcabouço conceitual jurídico legal estabelecido pelo decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que se refere ao termo populações tradicionais como povos ou comunidades tradicionais, os quais são definidos no Artigo 3 como:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Esta questão ganha destaque no presente artigo, pois diante da necessidade de um arcabouço legal, destacado por Barreto Filho e materializado no decreto acima destacado, e diante de um território de conflito eminente, como a Costa Verde, os grupos tradicionais da região se orientam e se organizam baseados nestes marcos legais como instrumento para garantia de direitos. Estes fortalecem, assim, a categoria de “ser uma população tradicional” para reivindicações e garantias no território, para além dos motivos identitários e histórico-culturais. Este fato é citado por Prado (2012), pois segundo a autora o que está em jogo conforme validado por alguns autores é a questão dos *direitos* fundiários ou os relacionados à exploração de recursos naturais. Os direitos dos que estão estabelecidos no entorno ou fora de áreas protegidas, mediante as possibilidades oferecidas pela legislação ambiental submetendo tais direitos à condição de “ser população tradicional”.

Não deixando de desconsiderar os elementos classificatórios elencados por Diegues (2001), pois estes também emergem no campo durante a pesquisa (elementos históricos, identitários, modos de produção e relação com a natureza diferenciados, etc.), a pesquisa considera que para além, esta se insere em um território essencialmente político. Por esta razão, localmente, a categoria população tradicional está sempre ressaltada nas falas locais e manifestada por lógicas históricas, culturais e política-territoriais por caiçaras, quilombolas, indígenas.

Caiçaras

Luchiari (1997) cita que a ocupação indígena anterior à colonização (séc. XV) não deixou muitas marcas na paisagem, no entanto transmitiu como legado fortes contribuições culturais, o tipo étnico (uma mistura dos segmentos desprivilegiados: índios, negros e agentes de ocupação europeus, principalmente portugueses), o caiçara.

O termo caiçara, segundo Sampaio (1987, apud ADAMS 2000) tem como origem no vocábulo Tupi-Guarani caá-içara. Este nome era utilizado também para denominar as estacas colocadas em volta das tabas ou aldeias, como também para denominar o curral feito de galhos fincados na água para o cerco de peixe. Em algum momento, caiçara passou ser o nome dado às pequenas construções (palhoças) presentes na praia para abrigar as canoas e o material dos pescadores. Segundo Diegues (1988, apud ADAMS 2000), este, posteriormente, passou a ser o nome dado a todos os indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, Adams (2000) cita que a formação das comunidades caiçaras tem que ser interpretada e entendida no contexto da ocupação do litoral brasileiro e dos ciclos econômicos vividos pela região sul-sudeste. A base econômica caiçara foi marcada pela agricultura itinerante, pesca, extrativismo vegetal e artesanato (DIEGUES, 2000).

Diante da importância da agricultura na economia e na sobrevivência das comunidades caiçaras e da afirmativa de alguns autores de referir o caiçara como pescador, com a prática da roça de forma secundária, este é classificado por muitos pesquisadores como o pescador-lavrador (ADAMS, 2000).

Para Luchiari (1997), existe certo consenso entre os caiçaras que, se por um lado, a Rio-Santos trouxe benefícios como infraestrutura, serviços de assistência social, mercadorias, entre outros, estes ocorreram em detrimento à antiga relação que tinham com seu ambiente. Ou seja, a visão positiva sobre o crescimento econômico da região, e conseqüente esperança em ascender economicamente em um mercado que demanda mão de obra especializada, “transformou-se no fantasma de da marginalização e da expropriação”. Assim, “[...] *sua cultura, seus hábitos locais, seu modo de vida, não se conformam à nova ordem econômica. “Eles simbolizam uma organização social que deve transformar-se para não viver segregada dentro do seu próprio espaço”* (LUCIARI 1997, p.140). Esta nova ordem econômica na região está muito atrelada à chegada do turismo, assim

atualmente, a realidade econômica do caiçara, conforme revela Adams (2000) está primordialmente na pesca e no turismo.

O resultado da vida segregada foi citado no Encontro de TBC da Costa Verde, assim como é recorrentes nas falas de diversas pessoas do FCT. Os nativos, “caiçaras da Costa Verde” diante deste processo foram deslocados para os morros de Angra dos Reis e Paraty, em áreas consideradas de grande violência, com infraestrutura precária e muitos de risco ambiental. A vida segregada do caiçara é exemplificada na voz de um morador da Vila de Trindade (Paraty) durante o Encontro de TBC da Costa Verde:

o morador declarou que participou de uma manifestação durante a FLIP 2015 e percebeu que muito se discutiu sobre “meio ambiente”, mas os ricos desfrutam de tudo e o povo nada pode fazer. Exemplificou que é crime desmatar manguezal, mas perto de um posto existe um mangue asfaltado. Ela cita que os caiçaras não podem fazer e mudar nada, já os ricos fazem tudo que querem, como mansões em encostas, etc. As unidades de conservação só existem porque o caiçara preservou. É muito fácil discutir meio ambiente e excluir as comunidades. O caiçara só sai de seu território porque é proibido de estar lá. É preciso que as comunidades tradicionais realizem seu modo de ser, mas atualmente são proibidos disso (RELATÓRIO I ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA COSTA VERDE, 2015).

Quilombolas

Na costa Verde Fluminense estão presentes quatro territórios quilombolas: Campinho da Independência (Paraty), titulado em 1999, e Quilombo da Marambaia (Mangaratiba), titulado em 2015, Quilombo de Cabral (Paraty) e Quilombo do Bracuí (Angra dos Reis), atualmente em processo de titulação (FUNDAÇÃO PRÓ-ÍNDIO, 2016).

Linhares (2014) considera que as comunidades quilombolas da região integram uma macrorregião do ponto de vista histórico, pelo seu posicionamento geográfico estratégico, onde no auge do ilegal tráfico negreiro, século XIX, tinham presentes fazendas de desembarque de africanos que chegavam aos portos e entrepostos da região. Esta região se constituía assim de um território negro até o norte de São Paulo, Ubatuba. Os portos e entrepostos da região eram responsáveis pela circulação de grande parte das riquezas trazidas e levadas para a Europa. Paraty, especificamente, se tornou o principal portão de entrada para Serra da Mantiqueira, vivenciando um crescimento econômico no fim do século XVII, com o ciclo do ouro. Diante destes processos histórico-econômicos a região caracterizou-se por uma forte presença de comunidades negras rurais, onde algumas ainda resistem.

O Quilombo Campinho da Independência, à beira da Rio-Santos, possui cerca de 120 famílias e ocupa uma área de 287, 94 ha. A Associação de Moradores do Campinho (AMOC), fundada em 1994, é responsável pela

mobilização e articulação da comunidade para objetivos diversos, inclusive para o desenvolvimento do projeto de TBC (PINHEIRO, 2014). O Campinho já se insere como local de visitação turística. Nele estão presentes um restaurante comunitário, casa de artesanato, além da organização de visita de grupos com roda de conversa, oficina de cestaria e jongo, trilhas interpretativas, etc.

O Quilombo de Cabral, localizado numa área rural em Paraty foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares desde dezembro de 2008. Nele estão presentes 50 famílias. O território em processo de regularização tem a área de 512,8 ha e perímetro de 9.784 (ANDRADE *et al.*, 2013). A comunidade com cerca de 400 moradores (50 famílias conforme Fundação Pró-Índio, 2016) está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu, no município de Paraty, envolvendo também áreas de Preservação de Vida Silvestre, Zona de Conservação da Zona Rural e Zona de Expansão Residencial e Turística (CHIARELLI, 2013).

O Quilombo Santa Rita do Bracuí é uma rural do bairro denominado Bracuhy, localizado à beira da Rio-Santos (Angra dos Reis). A distância entre a comunidade quilombola e a concentração de riqueza e poder dos vizinhos condomínios é muito pequena. Em área que teve a certificação emitida em 1999, os dados atualizados em janeiro de 2016 indicam 129 famílias em área de 616,6503 hectares (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2016). Nesse período foi fundada a Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA) que, paralelamente à luta pela titulação das terras quilombolas, atua numa série de ações culturais voltadas aos moradores quilombolas. Dentre tais ações, destaca-se a “revitalização” do jongo (ABBONIZIO; DE SOUZA; RAMOS, 2016).

O Quilombo Marambaia (Mangaratiba) localizado na Ilha de Marambaia, onde foi um importante porto de desembarque de escravos no século XIX. A Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia está localizada em uma área considerada de segurança nacional e controlada por militares (CEPERJ/MDS/SEASDH, 2010). O grande conflito para a titulação da terra e permanência dos remanescentes de escravos se deu com a Marinha do Brasil. A Ilha passou a ser propriedade da União Federal desde 1905 e sob os cuidados da Marinha desde a década de 1970. Com a chegada da Marinha esses moradores passaram a viver sérias restrições motivadas pela alegação de que os moradores eram “invasores” do território (MORAES, 2011). De acordo com a Fundação Pró-Índio (2016) em área de 52,9939 hectares, tituladas em novembro de 2015, estão presentes 124 famílias.

Destaca-se que a história de luta quilombola na região tem como marco a conquista do Quilombo do Campinho, conforme marca a fala de representante do Quilombo durante o encontro de TBC da Costa Verde:

Com a abertura da Rodovia Rio-Santos se intensificou o processo de luta pela terra. As famílias foram intimidas a abandonar o local, resistindo e até a obtenção do título definitivo da propriedade. No ano de 1999, a comunidade foi visitada pela pesquisadora e antropóloga da UFF

(Universidade Federal Fluminense) Neusa Gusmão, que fez o estudo antropológico e mapeamento da comunidade resultando no processo de reconhecimento pelo Instituto Palmares como uma verdadeira Comunidade Quilombola. O Quilombo do Campinho foi também a primeira comunidade Quilombola da história do Rio de Janeiro a conseguir o título oficial da terra. Pessoas ilustres visitaram a comunidade durante este processo de reconhecimento dando visibilidade ao espaço para desenvolver a atividade turística (RELATÓRIO I ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA COSTA VERDE, 2015).

As lutas podem ter surgido por motivos de conflito com especuladores imobiliários (setor privado), com a criação das UCs ou com o estabelecimento de um território de segurança nacional (o Estado). No entanto, indiferente à área de localização, seja à beira da Rodovia, em uma ilha ou em área rural, até os dias atuais os quilombos são influenciados pela construção da Rio-Santos.

Indígenas

Segundo a Comissão Pró-Índio (2016), a ocupação Guarani no litoral do Rio de Janeiro faz parte dos diversos processos migratórios realizados historicamente por esta etnia entre diversas aldeias presente na região da Mata Atlântica. Um dos circuitos migratórios se origina no estado do Rio Grande do Sul, passando por Santa Catarina, percorre a região da Serra da Bocaina, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, até região da Aldeia Sapukai, em Angra dos Reis.

Conforme documento intitulado “Contribuição para a construção de identidades étnicas - relatório analítico e perfil socioeconômico preliminar das comunidades quilombolas e indígenas - Estado do Rio de Janeiro” (CEPERJ/MDS/SEASDH, 2010) os Guarani-Mbyá, grupo presente na Costa Verde, migraram para regiões do litoral do sudeste brasileiro passagem para a “Terra sem Mal”. “...O mar, no pensamento e cosmologia Guarani, ocupa um lugar ambíguo: ao mesmo tempo obstáculo a transpor, para se atingir o paraíso, e ponto de chegada, pois é ali, nas proximidades, que o destino Guarani poderá se realizar” (LADEIRA, AZANHA, 1988 apud CEPERJ/MDS/SEASDH, 2010 p. 17).

Das sete terras indígenas do Estado do Rio de Janeiro, três foram homologadas: Bracuí - Aldeia Sapukai (Angra dos Reis), em 1995; Araponga em 1995 e Paraty-Mirim em 1996 (Paraty). As Terras Indígenas Rio Pequeno e Arandu-Mirim, situadas no município de Paraty, estão em processo de identificação (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2016).

É importante destacar que os territórios ocupados pelos Guaranis na Costa Verde não estiveram livres de conflitos e pressões. Segundo, a

Comissão Pró-Índio (2016), nos anos de 1960, houve um esvaziamento da aldeia de Paraty-Mirim devido à pressão de posseiros. No entanto a área foi reocupada apenas na década de 1980. A partir deste período iniciaram os processos de demarcação das terras indígenas no Rio de Janeiro, conforme descreve (PISSOLATO, 2006 FPI, 2016 apud (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, 2016).

A representante indígena da Aldeia Paraty-Mirim, durante o Encontro de Turismo da Costa Verde destacou a lógica cultural-territorial de seu povo também exposto anteriormente:

Mas, enfatizou que para os Guaranis o território é livre, sem fronteiras. Os portugueses dividiram os espaços, mas os indígenas Guaranis caminham na busca do território da terra sem mal. Com a terra demarcada não podem seguir com a religião e seu conhecimento. Atualmente, os Guaranis se encontram em um território fechado, sem poder praticar sua cultura e religião. Os Guaranis escolheram viver no litoral porque estar próximo ao oceano significa estar próximo à terra sem mal. A aldeia de Paraty Mirim é uma terra demarcada, pois a pesquisa constatou que já moraram indígenas nesse território, mas na realidade eles retomaram a esse lugar, não estão ali desde sempre (RELATÓRIO I ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA COSTA VERDE, 2015).

O que se coloca em destaque nas vozes dos representantes indígenas (Aldeia Sapukai, Araponga, Paraty-mirim), seja durante o encontro de TBC da Costa Verde ou na pesquisa de campo, é que mesmo com a homologação das terras, as limitações dos usos das áreas pela criação das UCs ou devido às novas lógicas produtivas e econômicas da região, as populações indígenas se apresentam com grandes restrições produtivas econômicas, e com muitas restrições de recursos para sobrevivência. O turismo se destaca, assim, como uma salvação. Estes consideram turismo como a grande alternativa para geração de trabalho e renda.

Assim os caiçaras, indígenas e quilombolas, estão inseridos em uma região que se caracteriza por um território protegido, pela presença da Mata Atlântica; e histórico, representado por seu patrimônio material: as vilas resultado do período colonial; econômico produtivo com seus diversos ciclos econômicos: do café, ouro, cana de açúcar, entre outros. Acima de tudo, eles estão inseridos em um território turístico onde traçam e revelam um patrimônio imaterial que constitui a história local, da região e do Brasil.

Turismo de Base Comunitária na Costa Verde: Pelo protagonismo e permanência das comunidades tradicionais em seu território

Os municípios de Paraty e Angra dos Reis têm uma variedade de atrativos naturais, além do patrimônio histórico material e imaterial (oriundos das culturas: portuguesa, negra/quilombola, caiçara e indígena). Parte deste patrimônio imaterial está representada pelos diversos grupos tradicionais que não fazem parte do mapa oficial do turismo das cidades. Esses grupos sociais são organizados coletivamente por meio do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), criado em julho de 2007, que tem como tema principal de atuação a frase: “Preservar é resistir, resistir é conservar, conservar é saber usar, saber usar é a arte das comunidades tradicionais”. Esse, assim, se constitui em um espaço para o fortalecimento, a articulação e o encontro dos povos e comunidades tradicionais de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP), para a discussão sobre questões conflituosas já decrita neste trabalho: território, turismo, educação, cultura, pesca, agroecologia, mercado solidário, entre outros.

No que se refere ao turismo, o FCT o entende como uma estratégia de luta política e social em defesa do local herdado, um turismo classificado pelo grupo como de base comunitária e que possui sua construção balizada pela frase: “Sem território não existe turismo de base comunitária. Pelo protagonismo e permanência das comunidades tradicionais em seu território”¹. O FCT elaborou o mapa de TBC do fórum indicando os seguintes núcleos a serem visitados: (Aldeia Boa Vista, SP; Aldeia Araponga, RJ; Aldeia Itaxim de Paraty Mirim, RJ; Aldeia Sapukai, RJ), Comunidades Quilombolas (Quilombo da Fazenda, SP; Quilombo do Camburi, SP; Quilombo do Campinho, RJ; Quilombo Santa Rita do Bracuí, RJ) e Vilas Caiçaras (Barra Seca, SP; Trindade, RJ; Sono, RJ; Martim Sá, RJ; Pouso da Cajaíba, RJ; Praia Grande da Cajaíba, RJ; Aventureiro, RJ). Além das comunidades citadas, algumas (duas) já estão desenvolvendo suas iniciativas e reivindicam sua inserção do mapa como São Gonçalo (Paraty). As comunidades presentes no FCT e o mapa criado são fonte inspiradora e orientadora da pesquisa que resultou no presente artigo.

São Gonçalo, um agroecoturismo de base comunitária que luta contra especulação imobiliária

São Gonçalo fica situado no norte do Município de Paraty, em frente ao mar, entre as localidades de Tarituba e Taquari, a 32 quilômetros da cidade de Paraty. O relatório “Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)” (CPDA, 2015) cita que mais de 80 famílias, quase todos originários do lugar, posseiros, trabalhando na roça, especialmente em bananais. O contexto histórico-econômico local é apresentado pelo responsável do roteiro de TBC, em que na década de 1970, antes da Rio-Santos, os caiçaras viviam de sua forma mais tradicional, que era a pesca como atividade principal e a agricultura como atividade secundária. Destacando o valor econômico da banana.

Conforme informação do responsável pelo roteiro de TBC local, em outubro de 2015, a população possui a média de 600 pessoas e que mais de 60% das casas são segunda residência. Alguns moradores trabalham no

centro de Paraty, outros são agricultores e pescadores e outros trabalham diretamente com o Turismo.

São registrados conflitos nesses locais desde a década de 1970 envolvendo os moradores e a empresa White Martins S/A, conflitos estes que se intensificaram a partir da construção da rodovia Rio-Santos. Aproximadamente em 1936, parte da área foi comprada pela White Martins, que fez diversas tentativas de aumentar a sua área de controle. Muitos moradores diante da pressão imposta assinaram contrato com a empresa reconhecendo-a como proprietária, outros não (CPDA, 2015).

Diante de um processo de resistência, e inserido nas discussões sobre TBC no FTC, o responsável pelo roteiro de São Gonçalo, iniciou uma proposta onde em cartaz registram-se os termos: Vivência Paraty, Agroecoturismo e Turismo de base comunitária. Esta surge, conforme citado por ele, ao fazer reflexões sobre um modelo de turismo no município concentrado no centro de Paraty e nas mãos de alguns empresários.

Falamos de turismo sustentável, turismo agroecológico... No movimento de comunidades a gente desenvolveu um projeto que é o de agroecoturismo, que era pra envolver o agricultor, o pescador, as pousadas. Então com essa prática a gente consegue levar o turismo a algumas pessoas que não tem essa oportunidade do centro. E essa prática a gente começa a movimentar um turismo financiado, que envolve outras pessoas. Por exemplo, a gente vai em um agricultor que vende cachaça. De repente você quer comprar, ou só adquirir conhecimento. Vamos fazer um passeio de barco, a gente tá envolvendo o barqueiro. Então não é esse turismo que a gente tá vendo em Paraty, escuna com 250 pessoas, e o barquinho do pescador sai com 5 pessoas e assim a gente segue alcançando o objetivo (responsável pelo roteiro São Gonçalo, outubro 2015).

Trabalhar com turismo não é uma novidade o responsável pelo roteiro. Assim, para além das reflexões sobre o fluxo de turismo concentrado no centro de Paraty, sua experiência em trabalhar com turismo em São Gonçalo, recebendo grupos de excursão, também o motivou a criar uma nova proposta de fazer turismo.

Eu to trabalhando já há 12 anos. Comecei a fazer com uma excursão de São Paulo, chegava um ônibus com 40 pessoas, um monte de isopor só com bebida alcoólica. Então faziam festas. Antes de ter a pousada ali na parte de baixo eu tinha um restaurante, então eles acampavam aqui e eu com o restaurante ali então era uma festa pra eles. Até 2, 3 horas da manhã era festa, gritavam muito. Ai fui acabando com essa prática, a minha ideia foi trabalhar com pessoas com a mesma ideia que a gente, um turismo de trocar informações, respeitando e dentro da sustentabilidade.

Nesta proposta de vivência são abordadas as histórias de luta e a resistência pela garantia da terra, a gastronomia e núcleos familiares das comunidades de São Gonçalo e São Gonçalinho, localizadas no entorno da Área de Proteção Ambiental Cairuçu, Estação Ecológica de Tamoios e do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

O roteiro, que pode ser de 1 (um) ou mais dias, realizado nas áreas cortadas pela Rio-Santos (praia e sertão), é composto por: roda de conversa, visita à comunidade de São Gonçalo, núcleos familiares, alambique artesanal, passeio de barco (visita a unidades de conservação, Sítio arqueológico, praias e passagem por ilhas com paradas para banho), caminhada ecológica e agroecológica que inclui banho de cachoeira e visita à sítio agroecológico, a compra de produtos de produção agroecológica.

O que se destaca em todo roteiro é que a história de conflitos e lutas está permanentemente sendo abordada e exemplificada no roteiro. Um dos casos o conflito do bar da Bete na Ilha do Pelado com os gestores das Unidades de Conservação do ICMBIO, neste caso com a APA do Cairuçu, onde a família caiçara resiste contra diversos interessados em expulsar sua família da Ilha. A proprietária do bar (durante pesquisa realizada em outubro, 2015) entende que a terra pertence a eles e que não há valor que pague poder trabalhar naquilo que é seu, "no seu lugar", junto a sua família e amigos. Este conflito é externado pelo guia do roteiro (comunidades *versus* UCs e seus direitos históricos), tendo como referência de discussão o Parque Nacional da Serra da Bocaina delimitado em 1972, quando já existiam há muito tempo os caiçaras na região.

[...] os caiçaras, eles sabem usar da terra, sem explorar ou abusar da mesma, sempre tiveram um relacionamento com a natureza para sua subsistência, nunca para exploração. O que se perguntam é: "E as usinas²? Por que elas podem e estar aqui, em Angra dos Reis, e nós temos que sair de nossas propriedades?" Os caiçaras querem desenvolver o turismo ecológico, com consciência, pela comunidade estar dentro do parque, como também uma outra forma de sobreviver e gerar renda, mais ainda porque os Parques Nacionais permitem a visitação turística, então isso pode ser feito pelos próprios moradores, que já conhecem e dominam a localidade (responsável pelo roteiro São Gonçalo, outubro 2015).

No roteiro também foi possível conversar com o filho de uns dos moradores, dono de um bar na praia de São Gonçalinho que foi um ícone dos conflitos com a White Martins, assassinado por pistoleiros no período de lutas à beira da rodovia. Na visita proposta pelo roteiro foi revelado o exposto por ele durante os debates no Encontro de TBC:

[...] Com a chegada da BR 101 Rio-Santos, a disputa pelo território se acirrou. Uma empresa chegou à região e expulsou as famílias de suas terras. Na área original da comunidade São Gonçalo, onde residiam 167 famílias, apenas 3 (três) resistem até hoje. Relembrou que o seu pai, considerado líder incansável de luta pela permanência na terra, acabou sendo assassinado. Até os dias atuais, a luta continua pela defesa da praia de São Gonçalinho (RELATÓRIO I ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA COSTA VERDE, 2015).

A culinária local também é um ponto de preocupação do organizador do roteiro. Ela está inserida no café da manhã, almoço e jantar ofertado no roteiro. Outro elemento de diferença é a oportunidade de ser convidado a cozinhar a moqueca e não apenas receber o prato pronto.

O organizador do roteiro de TBC afirmou, durante o Encontro de TBC que o Turismo de Base Comunitária surge no sentido de fortalecer e reconhecer os direitos da comunidade ao território, diante de uma realidade político-econômica de ausência de projetos que incentivem os jovens a permanecerem no lugar, como falou uma jovem moradora de São Gonçalo durante o mesmo evento em julho de 2015.

Assim, a proposta de roteiro de TBC de São Gonçalo, que emoldurado pelo verde da Mata Atlântica, pelas pequenas cachoeiras, o mar da Baía da Ilha Grande e suas ilhas são recheados pelas lembranças dos grandes conflitos do passado e atual modo de vida caiçara de São Gonçalo: a caminhar; ficar descalço; o chapéu de palha do guia; tranquilidade e simplicidade no ato de se comunicar; ter o peixe fresco para consumo; a relação com a natureza; a possibilidade de novas práticas socioambientais com a agroecologia; a produção artesanal de cachaça, entre outras. Assim, sendo um dos primeiros distritos de Paraty, quase divisa com Angra dos Reis, o roteiro de São Gonçalo revela novas possibilidades de experiência com o turismo comparativamente com o que se oferta e vive no centro histórico do município e demais distritos em seu entorno.

Quilombo do Bracuí, um turismo de memória, que vive a realidade do lugar

O Quilombo Santa Rita do Bracuí localiza-se no município de Angra dos Reis, na Estrada de Santa Rita, Sertão do Bracuí, às margens da Rodovia Rio-Santos altura do km 505, a 24 km do Centro de Angra dos Reis (quase na divisa com Paraty). Atualmente, de acordo com o Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 2016) cerca de 130 famílias habitam no quilombo. Conforme relatos do campo algumas famílias ainda possuem hábitos agrícolas, sobretudo o cultivo de feijão, de mandioca, palmito juçara, para subsistência, o território é beneficiado também por diversas espécies de árvores frutíferas. A pesca e a cata de caranguejo não são mais praticadas, devido às mudanças acontecidas desde a chegada da rodovia. Os cerca de 500 ha, onde hoje está situada a comunidade quilombola, originalmente faziam parte da antiga

Fazenda de Santa Rita do Bracuhy, destinadas ao plantio do café do Comendador José Joaquim de Souza Breves. Por volta do final do século XIX, Breves deixou a área como herança a seus ex-escravos, que viviam com suas famílias sem grandes lutas até meados da década de 1960.

Diante das belezas naturais do território (Mata Atlântica, praia, rios e cachoeiras), a especulação imobiliária e a forte ação de grileiros, boa parte do território foi expropriada e hoje facilmente identificada no campo pela existência de casas de segunda residência que diferem em suas características das casas dos “nativos” da região e na presença do condomínio Bracuhy que ocupa a parte beira mar do território. O Relatório do “Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil” (FIOCRUZ, 2016), descreve sobre a luta do quilombo do Bracuí

[...] descendentes dos antigos escravos começaram a ser pressionados pela Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda a deixar o local. Interessada em tomar posse das terras localizadas em uma das áreas mais valorizadas de Angra dos Reis, essa empresa iniciou um processo de grilagem daquelas terras que culminou com a expulsão de algumas famílias dos ex-escravos da região.

Desde essa época, os moradores de Santa Rita do Bracuí se veem ameaçados pelas ações da empreiteira, que tem se utilizado de todas as formas para expandir seus empreendimentos sobre as terras quilombolas. Do represamento da água que serve à comunidade ao uso de homens armados para ameaçar os moradores, a empresa tem paulatinamente tomado conta das antigas terras do quilombo. Em lugar das casas da comunidade e seus antigos roçados, tem se erguido empreendimentos turísticos e condomínios de alto luxo.

Nesse contexto de luta e resistência a Associação dos Remanescentes do Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA), com o apoio do FCT, se apropriam do TBC a fim de dar continuidade à luta por sua permanência no local, ou seja, pelo território e por desenvolvimento local e construir ações voltadas para o resgate e o fortalecimento da identidade da comunidade, com o resgate da tradição em torno do Jongo e de ações voltadas para a valorização das tradições, da história oral e incentivos aos jovens a buscarem meios de garantir sua educação formal.

O Quilombo tem recebido a visita de estudantes, principalmente universitários, geralmente com duração de 1(um) dia. Estes, conforme a líder do roteiro, chegam ao lugar pelo interesse sobre o modo de vida quilombola, “um Turismo de educação”.

O turismo no Quilombo já vinha e vem se realizando informalmente principalmente por alunos e pesquisadores: “Ah, mas a gente já faz Turismo de algum jeito, né?” (risos) Já faz turismo de algum jeito. Nem que seja da pessoa

trazer... Traz as suas barracas e dorme aí que dorme na varanda, tem vez que a minha varanda tá cheia de barraca, né? Meu quintal aí com barraca ou a gente dei... manda as pessoas pra casa de um, pra casa de outro, né? Às vezes vem é... a... dorme... Primeira vez veio sessenta... (líder do roteiro, janeiro 2016)

Com a visita dos estudantes e a participação no FCT nos debates sobre TBC, as lideranças locais viram a oportunidade de qualificar uma proposta de roteiro. Neste roteiro de TBC identificaram a importância de conscientizar os jovens quilombolas que é possível viver e trabalhar no quilombo, que não é preciso deixar a comunidade para conquistar qualidade de vida, durante fala de representante do Quilombo no encontro de TBC da Costa Verde (RELATÓRIO I ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA COSTA VERDE, 2015).

O turismo proposto, segundo ela, vem em contraponto ao de massa que é praticado em na comunidade, principalmente para usufruir das cachoeiras e rios locais. No entanto, um turismo que tem beneficiado somente a família que é proprietária do bar onde os turistas consomem. Um modelo de visitação que, segundo ela, motiva a especulação imobiliária.

O turista chega à comunidade, encantado pela natureza, dá um preço por algo que não lhe pertence. E acaba por seduzir alguns moradores a vender suas propriedades. Este indivíduo, por sua vez, quando adquire uma casa na comunidade, quer que, naquela comunidade que tem sua história e seu modo de vida, seja implantado asfalto, padaria e mercado. Eles entram de mansinho e começam a incitar, a falar mal dos outros moradores que lutam contra essa padronização do espaço...(RELATÓRIO I ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA COSTA VERDE, 2015).

A proposta do Bracuí assim tem um conceito a gestão comunitária e a valorização dos saberes local. A representante do Quilombo detalha como é realizado o roteiro:

No início da visita, é feita a recepção aos visitantes e um grão da comunidade conta a história do Quilombo. É servido um café da manhã com ingredientes produzidos no próprio quilombo. Há oficinas de jongo e o almoço é feito no fogão a lenha. É oferecida também uma trilha aos turistas, e no caminho é mostrada a história e o uso de algumas plantas da região. Esse turismo que é desenvolvido na comunidade é diferente do turismo de molde capitalista. Esse turismo capitalista não é o que as comunidades querem e também não é o turismo que os turistas querem ver. Não há Turismo de Base Comunitária se não houver o fortalecimento da identidade cultural da comunidade (RELATÓRIO I ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA COSTA VERDE, 2015).

O roteiro assim tem como base a casa da líder do projeto de TBC, tida também como uma griô, onde está instalada a exposição “Passados Presentes – Memória da Escravidão no Brasil”³. Classificado por ela como um “Turismo de Memória”, motivado pela equipe de pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF). Este com as alternativas de roteiros de mais de um dia pode ser vivenciado visita às cachoeiras, Igreja de Santa Rita, roda de conversa quilombola, caminhadas pela comunidade, trilhas interpretativas, extração de palmito, oficina de jongo, etc. Além da oferta de todas as refeições (café, lanche, almoço e jantar) quilombolas. A preocupação em aproveitar os recursos locais para a alimentação, assim como utilizá-los o cardápio, se constitui de um destaque na vivência proposta.

Seja nas caminhadas, nas refeições, na roda de conversa, o passado e o presente se revelam nos casos contados diante de um contexto de transformação de um grupo se autorreconhecia como fazendo parte de uma comunidade negra rural, formada por descendentes de trabalhadores escravizados de uma antiga fazenda (ABBONIZIO, DE SOUZA, RAMOS, 2016) para um autorreconhecimento como quilombolas em contexto de reconhecimento de direitos culturais e valorização da identidade negra.

Desta forma, o Turismo de Base Comunitária, termo novo utilizado localmente, tem como ponto crucial “conhecer a história da comunidade” e vivenciar o modo de vida local: “*Pra mim, Turismo de base comunitária é você viver a realidade daquela comunidade por uns... dias ou por umas horas...*”.(líder do roteiro, janeiro 2016). Validando a perspectiva da líder do roteiro, a representante do Quilombo no debate durante o Encontro de TBC da Costa Verde e também organizadora do roteiro, durante o campo afirmou que TBC não é um teatro.

Não, porque... Aí por exemplo, se eu... se eu monto pra você um.. um teatro, num é minha... minha vida, minha comunidade, pra você vim aqui com um grupo de cinquenta pessoa, eu num vô conseguir lembrar o rosto de cinquenta pessoas. Aí você traz os alunos, eu monto aquele... Aí daqui há um ano, você volta aqui, você sozinho, você volta aqui... “Ah, passou por Angra, vou lá no Bracuhy. Ah, lembrei que muito tempo que não vejo aqui... Ué, o que aconteceu? Se eu, é... vi uma coisa e agora é outra? Tem alguma coisa errada!” Então, ou você mostra a sua realidade ou não mostra nada.

Este “turismo de base comunitária de memória”, que não é um teatro, está sempre revelando as lutas pela conquista da titulação da terra quilombola. Uma luta que tem diversos atores sociais envolvidos e em conflito, tanto entre os próprios descendentes quilombolas beneficiados com o reconhecimento das terras e futura titulação e os demais moradores não beneficiados. Um turismo que busca o fortalecimento da história dos descendentes de negros escravos do Bracuí, que no presente, em um processo de reconhecimento e de autorreconhecimento como quilombolas

na espera pela titulação em fase final e na luta para a criação de uma escola Quilombola.

A Aldeia Sapukai, um turismo revela o jeito de ser guarani e que represente uma alternativa de renda

A Aldeia Sapukai (que significa ajuda, socorro, antiga Aldeia de Itatinga) possui 2.128ha e localiza-se no 4º Distrito Sanitário de Angra dos Reis, no alto do Bico da Arraia, Sertão do Bracuí, Serra da Bocaina. Fica a 6 km da BR 101 (Rio-Santos) e 25 km do centro da cidade de Angra dos Reis. A Aldeia é cortada pelo rio Itatinga e faz divisa com São Paulo através do Rio Parado. Os Guarani-Mbyá, de Angra dos Reis, vivem no alto da serra em meio à Mata Atlântica, de onde podem avistar o mar. Escolheram esse local porque segundo Pissolato (2007, p.34), “a identidade do Guarani está centrada na busca do bem estar”.

A Aldeia Sapukai possui a única escola Guarani do estado, a Escola Indígena Estadual Guarani Karai Kuery. Um dos principais problemas enfrentados pela comunidade são a manutenção da estrada e a coleta de lixo, que é feita somente 1 vez por mês (responsável pelo roteiro de TBC da SAPUKAI, maio 2016).

A atividade econômica da Aldeia Sapukai, segundo Ladeira (1992), gira em torno da agricultura e a comercialização de artesanato. Por este motivo, habitar próximo à cidade ou a grandes áreas de concentração de pessoas e/ou comércio passou a ser fundamental para a venda dos produtos. Esta afirmativa foi confirmada pelo responsável do roteiro de TBC da Sapukai (maio, 2016). Segundo ele, a Aldeia Sapukai atualmente é composta por 86 famílias e 430 pessoas, incluindo jovens e adultos que se dedicam principalmente à produção de artesanato e ao turismo. A produção do artesanato é dividida entre os membros da aldeia, ficando as mulheres responsáveis pela confecção de cestas de palha, colar e brincos. Aos homens é designada a produção de zarabatanas e animais. Algumas peças, como miçangas, são compradas fora da aldeia, mas utilizadas na produção de colar. Os materiais são expostos em dias de visita ou festas e/ou eventos na aldeia, ou vendidos em centros comerciais, como Paraty. A gestão de recursos na aldeia é dividida entre os membros; a decisão é partilhada entre todos os núcleos familiares, segundo o responsável pelo roteiro (maio, 2016).

Há mais de 20 anos a Aldeia recebe turistas conforme revelou. Um projeto de turismo feito em parceria com a Petrobrás em 2004 teve como objetivo a capacitação da comunidade. O responsável pelo roteiro então, relata:

Claro! Falta bastante ainda, a gente... Aquilo que ela tava falando, a gente tem um...na época a gente tinha um projeto, que a gente trabalhava bastante... É... A gente tem toda a capacitação e pensou o Turismo. Foi durante um ano,

né? Que a gente fez a preparação e... e a questão da aceitação, nós discutimos isso com a comunidade inteira. E... e... e outra coisa que tem a participação é quando vem o grupo e cada um expõe o seu artesanato e vende, o dinheiro é dela, né? Aí quem vendeu...Ganhou...Em... Na comunidade toda. E discutido em todos os núcleos familiares.

Ele considera que os turistas são atraídos à Sapukai pela curiosidade sobre a cultura indígena, que se torna o ponto de referência da visitação. Um turismo definido como pedagógico, para 3ª idade, turismo comunitário e cultural. Segundo ele, o turismo foi desenvolvido na tribo por questões de sobrevivência. Esta luta pela sobrevivência, ou seja, pelas dificuldades enfrentadas pelos guaranis da Aldeia Sapukai é revelada por um representante da Aldeia Sapukai durante sua fala no Encontro de TBC da Costa Verde. Segundo ele, na comunidade, somente quatro pessoas têm emprego fixo e os outros habitantes vivem apenas do artesanato que é vendido aos turistas na cidade de Paraty. O interlocutor da Sapukai então destacou:

que sua comunidade é dependente do turismo, o artesanato é a principal forma de trabalho e geração de renda, e também recebem benefícios sociais (Bolsa Família). Por fim, fez um pedido às autoridades para ajudarem na regulamentação do turismo em terras indígenas, no fomento a comercialização do artesanato e no apoio à defesa dos direitos dos povos indígenas (RELATÓRIO I ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA COSTA VERDE, 2015).

Conforme relato do responsável pelo roteiro, se a comunidade não desenvolvesse o turismo na Aldeia, seriam obrigados a ir para a rua tentar vender a produção de artesanato. Assim, o esforço para desenvolver o turismo da Aldeia tem como objetivo evitar que as mulheres indígenas saiam para vender artesanato na estrada (BR101) e no centro de Angra dos Reis e Paraty. Esta prática pode trazer riscos para elas. No entanto, o fluxo de visitantes à aldeia ainda é restrito. A ida aos centros para venda de artesanato diminuiu, mas ainda acontece.

O interesse por agências externas em levar visitantes existe. Algumas entraram em contato na tentativa de intermediação nas visitas dos turistas, o que foi rejeitado pois consideram que a aldeia ficaria com o menor lucro.

Porque desses anos que a gente vem... pareceu muita agência querendo fazer o Turismo na aldeia. Só que eles querem eles lucrar e a nossa luta foi: sempre que a comunidade se beneficiasse, não uma agência ganhar dinheiro em cima deles. Então que eles agenciassem. Agenda, faz uma página e... agenda com eles, e eles dá o preço (responsável pelo roteiro de TBC da SAPUKAI, maio 2016).

Pensando na lógica da divisão dos recursos advindos da visitação ele explica o processo

Então, aqui... é... a gente distribui... é... é... Por exemplo, aqui tem oito núcleo familiar, lá em cima, aqui no grupo... Eu tenho grupo de coral, que participa, tenho o grupo de limpeza. Tem um guia, um jovem pra guiar também, pra guiar pra cachoeira, então... No final do trabalho a gente senta e divide cada um... Quem trabalhou, né? Porque é um trabalho, né? Por exemplo, pra receber quarenta, trinta pessoa amanhã, atescê já tem que ta trabalhando. Tem o trabalho anterior de lim... limpar a estrada, cês viram, roçar, limpar o pátio. Tem todo um trabalho... de preparação, né? Não, porque hoje el... eles... eles depende muito. A comunidade depende...bastante. Por exemplo, aqui ali maioria são... Aquilo que falo, as... igual emprego, né?” (responsável pelo roteiro de TBC da SAPUKAI, maio 2016).

Diante de uma constantemente observação em suas falas sobre a ausência de apoio do poder público municipal no fomento do turismo na aldeia, eles apresentam um roteiro classificado localmente como de base comunitária que inclui no trajeto contação de histórias sobre o povos Guarani, a o povo da Sapukai e o dia-a-dia na Aldeia; apresentação de dança, coral indígena e outras atividades culturais; banho de cachoeira; almoço e vídeo. Existe também a possibilidade de realizar uma oficina de cestaria. A realização de roteiro de mais de um dia na Aldeia se torna inviável por não ter na aldeia local adequado para hospedagem. A opção de hospedagem está na parte baixa da região próxima à rodovia. De acordo com o responsável pelo roteiro, o turismo pensado pelos indígenas é o “de base comunitária”, pois há um maior envolvimento da comunidade no gerenciamento da atividade, incluindo a distribuição igualitária entre os membros.

Não, é... Turismo é... é isso que vocês... você mesmo, própria comunidade dá o preço, falar... deci... decidir as coisa, é... quando que recebe, quanto que recebe, é... é um roteiro também. Porque se... se... é... se for com... Turismo normal, eles... por exemplo esse é... já, já tentamo. O cara marca, traz a bebida aqui, vem tudo, guia né? E eles distribui aqui, na época lá em cima, distribui... Traz um gringo, eles mesmo conversa... Distribuição de bebida alcoólica, aqui é proibido. Então... Nisso eles tiram o poder da gente, né? Tira... da comunidade. A gente não pode falar mal, porque eles tão...dizem que ele tão pagando, então isso, isso... não pode acontecer (responsável pelo roteiro de TBC da SAPUKAI, maio 2016).

Inserida na lógica da proteção e valorização da cultura, do patrimônio cultural imaterial, este tema é um dos pontos mais marcantes dentro das comunidades indígenas existentes ao redor do mundo, o que torna este um

povo carregado de simbologias e dotado de saberes. Segundo Martins (2015) os Mbyá

querem o respeito oficial por sua cultura, e querem a garantia de políticas compensatórias que revertam a opressão social, que favoreçam o surgimento de melhores condições de produção e reprodução do seu “modo de estar” (Nhanderekó). Pois, a terra, aliada a recuperação e a preservação da memória e da cultura, aparece como elemento fundamental para a explicitação da identidade étnica e cultural e para a permanência das comunidades indígenas no tempo. Por isso, a luta pela preservação da identidade étnico-cultural vincula-se inevitavelmente, portanto, à questão da terra e ao alcance de uma autonomia política que permita a quebra dos vínculos de dependência e a tomada de decisões sobre seu próprio destino. Perpassa, ainda, pela recuperação da memória, mas também pela incorporação das novas histórias e dos novos significados...

Isto assim marca a visita à Aldeia Sapukai. A comunicação essencialmente na língua indígena entre o povo, as músicas também cantadas em língua indígena embalam as danças. A vivência do turismo na Sapukai permite identificar a importância da identidade indígena que tem passado por gerações as crenças e mitos incorporados ao dia-a-dia. Assim como as questões ligadas à tradicionalidade, políticas e sociais e história da ancestralidade são elementos importantes para pensar o turismo e suas relações com a aldeia Sapukai.

Considerações Finais

O conjunto de iniciativas de TBC ilustrada exemplifica o que Mendonça e Moraes (2012) salientam sobre o surgimento de grande parte dos projetos de turismo de base comunitária no Brasil ocorrer em lugares com grande riqueza ecossistêmica, onde grupos sociais possuem perfil de baixo capital econômico e cultural⁴, além de viverem economicamente, essencialmente, de atividades produtivas tradicionais. Neste caso, são grupos que perceberam o potencial do lugar em que moram como destino turístico e decidiram participar de forma mais efetiva no planejamento, da implementação e da gestão do turismo.

As iniciativas de TBC apresentadas revelam as motivações que levaram aos diversos grupos sociais a propor um novo saber-fazer turismo (denominado de TBC). Essencialmente por estar presente um modelo de turismo na região: que leva à concentração de fluxo turístico para algumas áreas; que motiva a especulação imobiliária; que beneficia economicamente a poucos atores locais; que desrespeita o modo de vida e regras locais; que gera impactos socioculturais e ambientais às localidades; em que o lucro se concentra nas mãos dos agentes externos; além da motivação de ser uma alternativa para geração de renda local. Uma proposta de turismo que se insere em um contexto histórico em que prevalece: o segmento turismo de “sol e praia”; a prática do turismo de massa; a especulação imobiliária; a

expulsão de grupos sociais de seu território de origem e as restrições impostas pela criação das UCs.

As motivações identificadas podem levar à inferência de que, desta forma, pode-se considerar que os atores sociais que fazem parte do FCT ainda consideram este modelo de turismo como uma ameaça à permanência no território, ao modo de vida local e à manutenção das manifestações socioculturais. Assim, o TBC é um movimento de resistência aos efeitos negativos do desenvolvimento do turismo, significa para os grupos sociais da região a reivindicação por seu protagonismo no processo e a negação da relação destes grupos tradicionais meramente como produto e/ou coadjuvantes do desenvolvimento do turismo.

Os casos revelam também o que significa TBC para estes atores sociais. Um modelo de turismo que não é um teatro; que possibilita a troca de informação entre visitantes e comunidade; que envolve diversos atores sociais na cadeia produtiva, beneficiando economicamente a um maior número de pessoas; em que está sob a responsabilidade e direito da comunidade decidir sobre que turismo desejam; que valoriza a cultura e história local.

Desta forma, a presente pesquisa e suas inferências fortalecem a afirmativa de Mendonça e Moraes (2012) sobre o fenômeno de TBC que, acima de tudo, se revela como um movimento político-social no Brasil. Um movimento político-social que se constitui como uma das ferramentas de luta e reivindicações do FCT. Ou seja, o turismo, localmente chamado de TBC, é uma estratégia político, social e cultural em que a Luta pelo direito à posse da terra, aos recursos e direito ao local herdado, é uma meta a ser conquistada. Esta luta exprime uma realidade comum aos países periféricos, onde as populações tradicionais veem-se ameaçadas pelos processos de apropriação de território pelo capital hegemônico em seus movimentos globais. Verifica-se, em todas as experiências relatadas, que a questão fundiária, assim como o reconhecimento destes grupos como populações tradicionais, são elementos presentes e desencadeadores de processos de luta das comunidades pelo direito de usufruir da terra como um componente do qual depende suas vidas.

As experiências relatadas mostram que o TBC vem se configurando como um fenômeno que surge e se insere dentro de um mercado altamente competitivo, o mercado turístico, de forma contra hegemônica. O TBC na Costa Verde parte da iniciativa de pequenas comunidades que forjam a atividade, de baixo para cima, na busca pela conquista de espaço no mercado do turismo da região com muita resistência e luta. O TBC se contrapõe como prática situada, de pequena escala, que valoriza os saberes e valores endógenos, colocando a dimensão humana no centro do processo. O encontro relacional, com abertura às diferenças, é seu objetivo maior, pois é no intercâmbio que as culturas se inovam, se enriquecem e se fortalecem.

É desta forma que o artigo revela o que significa TBC nas iniciativas citadas e suas relações com os temas: populações tradicionais; resistência cultural, territorial e econômica; permanência no território tradicional; valorização da identidade e história local; o direito pela prática das atividades econômicas tradicionais. Faz-se assim necessária referência a perspectiva

de Zaoual (2009, p.63) sobre os sítios simbólicos de pertencimento ao revelar que o sítio “é um patrimônio coletivo vivo que tira sua consistência do espaço vivido pelos atores”. Portanto, constata-se que estas experiências TBC estão diretamente estejam vinculadas aos “sítios simbólicos de pertencimento”, entidades imateriais e invisíveis, onde estão impregnados os comportamentos individuais e coletivos, e todas as manifestações materiais de uma região. Sítios que são depositórios dos saberes ancestrais, das crenças, das técnicas, das práticas diárias de subsistência.

No campo político, o que se traz à tona é que a proposta de turismo nas iniciativas apresentadas pode ser invisível no mapa turístico das prefeituras de Angra dos Reis e Paraty. No entanto, estas e as demais comunidades tradicionais localizadas no litoral sul-fluminense do Estado Rio de Janeiro ganham visibilidade no mapa turístico da região no movimento do Fórum de Comunidades tradicionais (FCT) de Paraty, Angra e Ubatuba. Um mapa que além de turístico é também um mapa político-social. Assim, o tema TBC e populações tradicionais (caiçaras, quilombolas e indígenas) se torna de relevância a partir da invisibilidade pela qual são tratadas as populações tradicionais em que questões importantes como o acesso à terra, à saúde e educação diferenciadas, de condições mínimas necessárias para a permanência desses povos e comunidades em seus territórios, com sua identidade cultural respeitada.

Referências

- ABBONIZIO, A., SOUZA, A., RAMOS, E.L. A Afirmação Quilombola no Quilombo Santa Rita do Bracuí. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.14, n.02, p. 393 – 413 abr./jun.2016
- ADAMS, C. As Populações Caiçaras e o Mito do Bom Selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia** n. 43, 2000.
- ANDRADE, C.F.S., RODACOSKI, J.L., COLLESI, G.S.P., FARIA, S.P. Recuperação da cobertura vegetal do Quilombo do Cabral em Paraty, RJ – Bases de um projeto socio-ambiental de extensão. **Rev. Ciênc. Ext.** v.9, n.3, p.7-20, 2013.
- BARRETO FILHO, H. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. *In.*: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.
- BRASIL. **Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.
- CEPERJ/MDS/SEASDH. **Projeto de Cadastramento das Populações Indígenas e Quilombolas em Doze Municípios do Estado do Rio de Janeiro com Vistas à Inclusão no Cadastro único**. Contribuição Para A Construção De Identidades Étnicas - Relatório Analítico E Perfil Sócioeconômico Preliminar das Comunidades Quilombolas e Indígenas - Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CEPERJ, 2010.
- CHIARELLI, C. Avaliação da Consistência do Solo como Ferramenta de Educação Ambiental no Envolvimento de Crianças com a Terra, no Quilombo do Cabral, Paraty, RJ. **Revista - Educação Ambiental BE-597** / Volume 6 – 2014.

RELATÓRIO I ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA COSTA VERDE, Paraty, 2015.

CORRÊA, R.S. Angra dos Reis: contribuição ao entendimento de uma pretensa vocação turística pensando o turismo a partir do território Angra dos Reis. **Anais do IV ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA**, São Paulo, p. 252-278, 2008.

CPDA/UFRRJ. **Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988) – Relatório Final**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

DIEGUES, A.C. **Nosso Lugar virou parque**: estudos socioambiental do Saco do Mamanguá Parati. 3 ed. São Paulo: USP, 2005.

DIEGUES, A.C. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A.C. (Org) **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

DIEGUES, A.C. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000. 211 p.

DIEGUES, A.C. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. 2 ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Costeiras, USP, 2001.

FEITOSA, A.; SILVA, I. M. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: CPDA/UFRRJ. **Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988) – Relatório Final**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

FIOCRUZ. **Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil**. Disponível em: http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=artigos_acad. Acesso em: 02 set 2016.

FRATUCCI, A.C. O ordenamento territorial da atividade turística no Estado do Rio de Janeiro: processos de inserção dos lugares turísticos nas redes do turismo. 2000. 178 f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

FRATUCCI, A.C. Participação comunitária na gestão o turismo nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. In: BARTHOLO, R.; DELAMARO, M; BADIN, L (Org). **Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 246-266.

FUNDAÇÃO PRÓ-ÍNDIO. **Terras Quilombolas**. Pesquisa de Processo. Disponível em: http://www.cpsp.org.br/terras/asp/pesquisa_processos_form.aspx. Acesso em: 15 ago 2016.

GARROTE, V. Os quintais caiçaras, suas características socioambientais e perspectivas para a comunidade do Saco do Mamanguá. **Dissertação** de mestrado em Engenharia Florestal. Piracicaba: USP, 2004.

GUANZIROLI, C.E. Contribuição e reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional. O caso de Angra dos Reis. 1983. 334 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências) – Programa de pós-graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

LADEIRA, M.I. Caminhar sob a luz: território Mbya à beira do oceano. **Dissertação** de mestrado em Ciências Sociais. 192 f. PUC-SP. São Paulo, 1992.

LEUZINGER, M.D. **Natureza e cultura**: unidades de conservação de proteção integral e populações tradicionais residentes. Curitiba: Letra da lei, 2009.

LINHARES, J.S.S. Os Projetos de Etnodesenvolvimento no Quilombo Campinho da Independência - PARATY/RJ. 2014. 104 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro: 2014.

LUCHIARI, M.T.D.P. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. *In*: RODRIGUES, A.B. (org). **Turismo**. Modernidade. Globalização. São Paulo: Hucitec, 1997. P. 136-154.

MARTINS, F.E.S. TEKOÁ MIRIM: Terra Indígena Mbyá Guarani. 124 f. **Dissertação** de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais)

MENDONÇA, T.C.M. Que paraíso é esse? A turismização da Ilha Grande. 2010. 341f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, T.C.M.; MORAES, E.A. Reflexões emergentes sobre turismo de base comunitária, à luz da experiência no "Paraíso Proibido": Vila do Aventureiro, Ilha Grande, Brasil. **Journal of Tourism and Development** 4, 2012, 1169-1183.

PINHEIRO, T.R. Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Base Comunitária: Um Estudo de Caso da Comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio de Janeiro. **ABET, Juiz Fora**, V.4, N.1, p.61-71, jan./abr. 2014.

PISSOLATO, E. **A duração da pessoa**: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (guarani). São Paulo: Editora UNESP. 2007.

PRADO, R.M. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. *In*: STEIL, C.A.; CARVALHO, I.C.M. (orgs.). **Cultura, percepção e ambiente**. Diálogos com Tim Ingold. 1ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 183-189.

ROCHA, D. Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: ferramenta dos movimentos sociais nas lutas territoriais. **Agriculturas**, v. 8. n. 4, pp. 46-47, dezembro de 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro**: Quilombo Santa Rita do Bracuí. Disponível em: <http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/quilombo-santa-rita-do-bracui>. Acesso em 04 set. 2016

VASCONCELOS, F.P. Gestão integrada do litoral e sua implicação na atividade turística. *In*. CORIOLANO, L.N.M.T. (Org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, p. 320 – 327, 2003.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais transições? *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 55-75.

Notas

¹ Esta é a frase estampada nas camisetas dos representantes do FCT durante os eventos ligados ao tema.

² Aqui se referindo a construção das Usinas Nucleares de Angra dos Reis.

³ Este projeto é resultado de pesquisa realizada pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense que propõe pensar a história da escravidão a partir da perspectiva da diáspora africana no Brasil, com ênfase nas relações entre memória, escravidão e formas de pertencimento e cidadania.

⁴ Baixo capital cultural, aqui, significa do ponto de vista dos conhecimentos exigidos pelo mercado, referentes às qualificações técnicas e operacionais para atuar no setor.

Teresa Cristina de Miranda Mendonça: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: tecaturismo@yahoo.com.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4339255053628511>

Renato de Oliveira dos Santos: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: renatosantos.adm@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3192933847647903>

Paloma Cristina Barbosa Lopes: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: palominha.a@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7332593610196423>

Sandro dos Reis Andrade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: srsandro983@gmail.com

Ana Paula Veríssimo de Moraes: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: anapaula_vmoraes@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3705855917370437>

Data de submissão: 08 de setembro de 2016

Data de recebimento de correções: 05 de maio de 2017

Data do aceite: 05 de maio de 2017

Avaliado anonimamente